

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Muito obrigado, nobre deputado.

O Sr. Araripe Serpa — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) Deputado José Lurtz Sabiá, verifique o nome deputado Esmeraldo Tarquínio preocupado com assuntos sérios, e, do mesmo modo que V. Exa. em matéria de tão grande importância, com a situação dolorosa em que se encontram os servidores da Estrada de Ferro Sorocabana. E vejo o deputado Esmeraldo Tarquínio a significar a desnecessidade de uma majoração da alíquota do vendas e consignações. Mas tudo isto se perderá no nada. Todo esse esforço é inteiramente inútil. Ninguém leva nada mais a sério. O que se deseja neste governo é apenas soluções simplistas, as mais fáceis e que não criem dificuldades nem embaraços. As que exigem raciocínio, exames, estudos, trabalhos, são soluções que não interessam a este governo. Pois esta Casa não ouviu há poucos momentos a resposta que deu o Presidente Ciro Albuquerque à questão de ordem levantada pelo nobre deputado Osvaldo Martins? Reclamou S. Exa. que expedira cerca de uma centena de telegramas, que saindo da estação da Assembléia ficaram trancafiados na gaveta de alguém na Secretaria da Segurança Pública. Vários outros Srs. deputados, em questões de ordem, mostraram que o procedimento do Poder Executivo configurava, inclusive, uma censura à correspondência do Poder Legislativo, que não tinha o caráter constitucional, já que a Constituição assegurava o sigilo à correspondência de qualquer cidadão, e de maneira especial ao parlamentar, que tem plena segurança na emissão do seu pensamento, através do seu pronunciamento nesta Casa, ou através de seus escritos. Pois bem. Qual a resposta que recebe esta Assembléia, face a denúncia de tal gravidade? Que uma estafeta, na cidade de Santos, teve o seu pai doente e que, como adoeceu seu pai, teve que deslocar-se para Presidente Bernardes? E distante a cidade de Presidente Bernardes... E, evidentemente, entre os telegramas do Poder Legislativo e que significam a vontade de um legislador, o desejo de um deputado, de um representante do povo e a doença do pai do estafeta, está visto que o mais importante para o estafeta é a doença do seu pai. Trançou os telegramas na gaveta e "arrancou-se" para Presidente Bernardes! E os telegramas até hoje não chegaram. O deputado Osvaldo Rodrigues Martins continua na doce esperança de que um dia, quando o estafeta em visita a seu pai retornar de Presidente Bernardes, possa fazer com que os mesmos telegramas tenham seu prosseguimento natural, isto é, a chegada a seus destinatários. E o Presidente da Assembléia tomou, evidentemente, todas as medidas que lhe cabiam. Pois não apurou que o pai do estafeta está doente? Pois não apurou que o estafeta foi para Presidente Bernardes? Que quer mais o deputado Osvaldo Rodrigues Martins? Que quer mais a Assembléia Legislativa? Que querem mais os deputados da oposição? Que querem mais? Pois o Presidente não providenciou? Providenciou sim. Verificou até que os telegramas estavam na Secretaria da Segurança Pública, em gaveta de não sei quem e que o estafeta foi visitar o pai que está doente. Não parece a V. Exa. que já era tempo de um pouco mais de esmero no trato de uma Assembléia Legislativa de Estado nas respostas que são trazidas a este Plenário para que as paredes não fiquem, como nós, coradas de vergonha? Ora, deputado José Lurtz Sabiá, pelo dedo se conhece o gigante. V. Exa. defende os ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana que, punidos, têm agora o corte de alimentos e de remédios. Nós retrocedemos para alcançar não apenas a figura do faltoso, mas com certeza para alcançar a figura da esposa e dos filhos. Que Governo é este que, alegando que a meta é o homem, corta o fornecimento de gêneros alimentícios e de remédios aos ferroviários da Sorocabana? Que Governo é este que para não perder o seu tempo, que é precioso, não se preocupa com o estudo da revisão e aprimoramento dos processos de arrecadação e de combate à sonegação de impostos? É mais cômodo e fácil majorar a alíquota do vendas e consignações? E a Assembléia? Ah! a Assembléia! Estamos às vésperas do Natal, o Menino-Deus estará nascendo no presépio de Belém. E o presépio de Belém lembra a figura dos pastores e os pastores trazem à lembrança da gente a doce figura dos carneirinhos. E os carneirinhos do presépio hão de estar, no momento do I. V. C., a agitar as suas cabezinhas afirmativamente: sim, sim! Este é o governo social-progredista em que a meta é o homem!

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Nobre deputado, agradeço o aparte de V. Exa., que veio abrilhantar o meu humilde e descolado discurso a respeito do processo 1.975.

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar as campainhas) — Sr. deputado, restam a V. Exa. 2 minutos.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Srs. deputados, restam-me 2 minutos. Como adversário, formulei um apelo a este Governo para que respeite a data máxima da cristandade, para que faça um exame e uma total reflexão, analisando a situação destas famílias, que são iguais a todas as famílias, que, no dia 24, às 24 horas, reunidas em seus lares hão de cantar glória a Deus nas alturas e pedir paz na terra aos homens de boa vontade. Este governo, que é um governo sem autoridade e sem austeridade, um governo irresponsável, no plano administrativo — que não seja no plano humano — deve pelo menos dar um Natal também feliz a esses ferroviários, devolvendo-lhes o medicamento e os alimentos, devolvendo-lhes a tranqüilidade e a paz indispensáveis à sustentação de seus lares; que não lhes leve a intranqüilidade e a miséria.

(ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. CIRO ALBUQUERQUE)

O Sr. Israel Dias Novais (Com assentimento do orador) — Nobre deputado, uso a oportunidade da presença de V. Exa. na tribuna para, quem sabe, uma retificação, retificação absolutamente necessária. Nobre

deputado, li nos jornais de ontem que o nobre deputado Domingos Aldrovandi afirmou nesta Casa, ausente este participante, quem sabe se ausente V. Exa. e quem sabe se não na Presidência o deputado Ciro Albuquerque, que o Secretário da Fazenda, na sua estada nesta Casa, estada quase clandestina, eis que S. Exa. não ocupou a largueza do plenário mas se afundou na clandestinidade dos porões, se havia saído tão magnificamente que havia desarmado a oposição e convencido quase todos da necessidade do imposto! Embora não esteja aqui presente o nobre deputado Domingos Aldrovandi, autor da impropriedade histórica, quero apenas assegurar a V. Exa. e aos presentes ocasionais nesta tarde paulistana, que tal não se deu, que o que se deu foi exatamente o contrário. Embora a oposição não tivesse comparecido oficialmente a este encontro, ou melhor, a este reencontro com o Sr. Silva Gordo, dois ou três deputados da oposição, entre os quais o nobre deputado Batista Botelho, o nobre deputado Nagib Chahib, o nobre deputado Lurtz Sabiá e o deputado Israel Dias Novais, compareceram e argüiram S. Exa., às vezes até com certa irreverência, mas posso assegurar a V. Exa. que com muita firmeza e objetividade, V. Exa. estava presente e sentiu a defesa do Secretário e sua intenção fiscal. V. Exa. poderia dar um depoimento mais preciso e objetivo do que esse depoimento partidário e faccioso do nobre deputado Domingos Aldrovandi. E V. Exa. poderá então, de uma vez por todas, deixar inscrito nos nossos Anais que o Sr. Secretário se comportou efetivamente da melhor maneira possível, isto é, S. Exa. cumpriu o seu papel com decência, com urbanidade, com certa objetividade; mas a missão de S. Exa. era de certa maneira ingrata, que S. Exa. não conseguiu convencer aquilo que sequer conseguia convencer a si mesmo. Quer dizer, S. Exa. teve um dissabor na sua carreira; comportou-se melancolicamente porque aceitou um papel ingrátissimo. Então, não culpemos o Secretário pela má defesa, pois cumpriu seu papel. Isto é, o Sr. Secretário da Fazenda deveria ser poupado da verdadeira humilhação a que foi submetido nesta Casa. Mais uma vez, ficou demonstrado que o aumento do imposto é improcedente e indefensável. Era a contribuição que desejava dar a V. Exa.

O SR. LURTZ SABIÁ — Muito obrigado, nobre deputado.

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar a campainha) — Está esgotado o tempo de V. Exa. Tem a palavra o nobre deputado Fernando Mauro. (Pausa). Ausente S. Exa., tem a palavra o nobre deputado Juvenal de Campos.

O SR. JUVENAL DE CAMPOS — Sr. Presidente, cedo o meu tempo ao nobre deputado José Lurtz Sabiá.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Nobre deputado Juvenal de Campos, muito obrigado. Mas, nobre deputado Israel Dias Novais, que acabou de me apartar para falar a respeito do Sr. Secretário da Fazenda, eu disse, desta tribuna, que o Sr. Secretário da Fazenda se me afigurou um bom menino, um bom rapaz educado, mas que de finanças não entendia nada, de Secretaria da Fazenda, nada. Formulei a S. Exa. três perguntas: primeiro, perguntei ao Sr. Secretário: V. Exa. afirma que o governo, quer dizer, colabora na afirmação de que o déficit que o governo atual apresentou quando assumiu a chefia do Executivo estadual era de 100 bilhões de cruzeiros. V. Exa. pode apresentar-me os balancetes mensais? Eu tenho aqui, publicada no "Diário Oficial" — isto no dia em que S. Exa. aqui compareceu — uma escala percentual para os Srs. fiscais de renda, que estabelece um aumento progressivo. Sua cota de participação em janeiro era de 188 e ia seguindo, sucessivamente, até novembro, com uma cota de 228, provando o acréscimo percentual da arrecadação.

O Sr. Araripe Serpa — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Um instante, darei o aparte a V. Exa.

Então o Sr. Secretário não soube responder, assim como os seus assessores também não responderam. E a pergunta era simples. Aquêle acréscimo percentual da participação dos fiscais de renda era proveniente de uma lei com efeito retroativo. Fiz aquela pergunta capetosa para saber se o Sr. Secretário entendia. E o primeiro aspecto negativo, pois o Sr. Secretário não soube responder. Não é maldade, talvez o governo tenha visto na pessoa do Sr. Silva Gordo um rapaz austero, um menino bom, e o colocou na Secretaria da Fazenda para dar aspecto de autenticidade, porque ele mesmo não está a par do seu funcionamento. Tanto é verdade, que o Tribunal de Contas do Estado, órgão capacitado para analisar as finanças do Estado porque aprecia anualmente o funcionamento da máquina arrecadadora, declarou, no dia 15 de outubro, numa sessão plenária, que o aumento progressivo da arrecadação do Estado nos anos de 61, 62 e 63 havia dado uma base de 63% de acréscimo na arrecadação, o que fazia crer que em 64 tivéssemos o mesmo nível percentual na arrecadação e um aumento progressivo da receita. Perguntei, pois, a S. Exa. se tinha conhecimento disso. Disse S. Exa. que em janeiro havia um aumento de 95%; foi dado a escala, e quando chegou ao final do balancete declarou que a base do aumento era na ordem de 50%. Se em janeiro deu 95%, não podia absolutamente, ao final, dar 50%. Então, quando veio o orçamento a esta Casa, declarei desta tribuna, com dados do Tribunal de Contas, os quais ninguém contestou, que a arrecadação do Estado não era de 515 bilhões, mas de 560 bilhões de cruzeiros, com o excesso da arrecadação.

O governo, que diz que precisa do aumento do imposto de vendas e consignações para conceder aumento ao funcionalismo público, não aceita a estimativa, não tinha argumentos necessários para que cada membro ou qualquer um dos Srs. deputados

gumentos e não apresentou balancetes! Então, disse a S. Exa.: perdoe-me, Sr. Secretário, como vem a Comissão de Finanças desta Casa prestar depoimento e não traz possa tomar uma posição e ficar conhecendo perfeitamente o problema? Estranho procedimento! O Sr. Secretário não respondeu. Então, taxei-o de um menino bom. Realmente, tem uma fisionomia de bonachão. Quem sabe se o Dr. Ademar de Barros não colocou esse Sr. Secretário lá e disse: Meu filho, fique aí que o resto eu faço.

O Sr. Araripe Serpa — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Concedo e aparte a V. Exa.

O Sr. Araripe Serpa — Nobre deputado José Lurtz Sabiá, acho que V. Exa. está sendo severo demais na crítica que faz ao Sr. Secretário da Fazenda.

Respeito S. Exa. como homem que conhece profundamente o assunto fazendário e reconheço em S. Exa. um homem de bem. No entanto, o que vem acontecendo ultimamente é que determinados homens estão sendo sacrificados pelo social progressismo, isto é, sacrificados em benefício da máquina, em benefício do partido, alguns homens começam a sofrer, a ser destruídos, esmagados, pulverizados, porque alguma coisa de estranho está acontecendo no Estado de São Paulo. Por que se convocar o Secretário da Fazenda à Assembléia Legislativa? A nosso ver era inteiramente desnecessária a presença de S. Exa., e nesta oportunidade quero dar o meu depoimento. O nobre deputado Israel Dias Novais já aludiu à ausência da minoria parlamentar na Comissão de Finanças, onde se fizeram presentes apenas deputados da minoria. Comparecemos à presença do Sr. Secretário para declarar que a minoria não compareceria aos trabalhos da Comissão de Finanças não porque não tivesse apreço por S. Exa., mas apenas porque cessara, momentaneamente, na Assembléia Legislativa de São Paulo, o diálogo democrático que necessariamente deve existir em todos os parlamentos do mundo entre a maioria e a minoria. Esse diálogo está interrompido por força das violências regimentais praticadas nesta Assembléia, e por força da criminosa emenda, apresentada também de forma criminosa, que majora o imposto de vendas e consignações. Essa a explicação que demos ao Sr. Secretário com referência à nossa ausência no âmbito da comissão permanente e especial. Mas, dizia eu que determinados homens do social progressismo estão sendo destruídos e verifique V. Exa.: a presença do Sr. Secretário da Fazenda era inteiramente desnecessária, pois a maioria já não se servira da malícia para apresentar a emenda majorando o imposto de vendas e consignações? Para que então as explicações, se elas não poderiam ser usadas em plenário, já que restará a minoria apenas o direito de encaminhar a votação, por bancada, pelo tempo de 10 minutos? Era, pois, absolutamente desnecessária a presença de S. Exa., que não precisaria ter aqui comparecido para justificar o injustificável, isto é, a majoração do imposto de vendas e consignações, pois o simples crescimento vegetativo já revelava possibilidades suficientes para atender ao encarecimento das utilidades, do custo dos serviços públicos, a inclusive para o atendimento dos encargos com a majoração dos vencimentos do funcionalismo público estadual. Mas isso está acontecendo também nesta Casa. O nobre deputado Ciro Albuquerque, Presidente desta Assembléia, vem, a nosso ver, sendo utilizado pela maioria parlamentar de maneira a sofrer, S. Exa., um desgaste terrível, que poderá até truncar os passos de S. Exa., que teria pela frente possibilidades de uma ampla e belíssima carreira. Pois bem, há como que um plano contra S. Exa., o nobre deputado Ciro Albuquerque, plano que até há pouco tempo eu não alcançava e não entendia. Apenas me aborrecia demais, porque eu verificava que o nobre deputado Ciro Albuquerque se prestava a determinados papéis a que até então jamais havia S. Exa. se submetido. Mas hoje vejo que há um plano em desenvolvimento. Verifique V. Exa., concretamente, o caso do aumento do imposto de vendas e consignações. Pois não havia em pauta um projeto de lei de iniciativa do Executivo, dispondo sobre um contrato com o BNDE? Não vinha e projeto do BNDE sendo longamente discutido pela minoria parlamentar? Quanto tempo faltava para a conclusão da discussão do caso do BNDE? Se não me falha a memória, duas ou 3 horas. Por que, então, a maioria, ao invés de apresentar emenda ao projeto do nobre deputado Camilo Ashear, que nada tinha a ver com o assunto, não esperou tranqüilamente esgotar-se as 20 horas de discussão do caso do BNDE, preferindo este outro estranho processo de emendar proposição do deputado Camilo Ashear, que sempre foi que é sabidamente, contra o aumento de impostos?

E como lembra o deputado Sólton Borges dos Reis: para incompatibilizar o Presidente desta Assembléia com o deputado Camilo Ashear, com a minoria parlamentar e com extensas parcelas deste Plenário. Sim, para indispôr o Presidente Ciro Albuquerque com o deputado Camilo Ashear, com a minoria parlamentar e com extensas parcelas deste Plenário! Repito para que o deputado Ciro Albuquerque, na Presidência de nossos trabalhos, cesse a refletir sobre esses fatos.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — É uma máquina magnífica.

O Sr. Araripe Serpa — Sim. Magnífica teria muito que aprender. Pois bem, quem assume a responsabilidade desses fatos? A maioria parlamentar? Não. Quem assume a responsabilidade é o Presidente da Assembléia, que é obrigado a cometer violências, que é obrigado a rasgar o Regimento Interno. E a maioria, depois, esgota-se pelos cantos, desaparece... Não assume responsabilidade nenhuma.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Maioria na oportunidade.

O Sr. Araripe Serpa — O problema é de número. E se V. Exa. passar a analisar cada um dos acontecimentos nesta Assembléia, há verificar que realmente há um "complot" contra o Presidente desta Casa. Examine o problema do Orçamento. Quantas críticas passaram sobre esta Assembléia, acerca do problema dos 50 milhões e dos 300 mil cruzeiros para cada deputado? Por que essas proposições foram acolhidas no bojo do Orçamento? A minoria lutou bravamente, até o instante final, nesta tribuna, para negar a São Paulo, pela primeira vez, na história, o orçamento. Quem comandou? A maioria. Por que a maioria não excluiu os 50 milhões, por que a maioria não excluiu a elevação de 414 milhões...

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Que não pode ser usada.

O Sr. Araripe Serpa — ... da verba de representação para a Assembléia Legislativa? For que? Para restituir às mãos do Presidente desta Assembléia a brasa...

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Quem manda...

O Sr. Araripe Serpa — ... que momentos antes, com alguma habilidade — habilidade à qual não faltou um pouco de malícia — tinham encontrado maneira de arrancar das mãos do Sr. Presidente. No caso da lei sem caráter, a lei de mau caráter, a lei que dispõe sobre medidas de caráter financeiro, houve aquelas emendas estapafúrdias, aquelas emendas esquisitas, aquelas emendas estranhas apresentadas pela maioria, concedendo ao Governo bilhões de cruzeiros, num volume de dinheiro superior àquele que pedia o próprio Governo, também pelo processo de colocar sempre mal a Presidência da Assembléia. Calçado na lei? Não. Calçado numa tradição que é lamentável, que é dolorosa cuja história já por inteiro dei desta tribuna. Então verifica V. Exa. que certos homens do social progressismo estão sendo triturados. Há uma mo de moinho a alcançá-los. Que se acautele o Sr. Silva Gordo. No social progressismo há lugar seguro, há lugar efetivo para homens como o Sr. Presidente da Educação. Para esses, tudo azul. Para esses está tudo cor de ouro. Mas para outras figuras do social progressismo haverá tristes papéis, a menos que S.Exas. reajam e façam prevalecer a dignidade que sempre lhes foi reconhecida.

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — V. Exa. realmente trouxe um problema para ser analisado, e agradeço o aparte de V. Exa.

Os Srs. Sólton Borges dos Reis e Gilberto Siqueira Lopes — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ — Concedo já. Apenas quero complementar: nobre deputado Araripe Serpa, a Casa sabe o carinho e respeito que tenho para com o Presidente da Assembléia, embora estejamos em campos opostos. Mas as últimas medidas tomadas pelo honrado e preclaro amigo digno Presidente da Assembléia, me deixam profundamente chocado. E V. Exa. fez muito bem a análise. Não acredito que, com a integridade moral do Presidente desta Assembléia, S. Exa. tenha praticado esses atos a não ser levado por uma certa maquinação, embora ninguém seja condutor de S. Exa.

Mas quem sabe se o nobre e honrado Presidente da Assembléia, ao ferir o Regimento Interno da forma como o feriu quando da apreciação do Orçamento e quando apresentada a emenda do imposto de vendas e consignações, assim não agiu através da máquina preparada para desmoralizá-lo neste Plenário, ou para não permitir a sua recondução à chefia deste Parlamento? E eu tenho por S. Exa. um respeito todo especial — esta Casa sabe disso e ninguém o nega — embora S. Exa. me tenha decepcionado em duas oportunidades, continuo reconhecendo em sua autoridade e dignidade, embora S. Exa. como disse, tenha cometido essas falhas que jamais perdorei. Mas, nobre deputado Araripe Serpa, é para meditar mesmo! ... A máquina maquiavélica que cerca este governo já é conhecida. As oportunidades são para figuras como Paulo Lauro, Mário Benf. Tenho exaltado nesta Casa — e ninguém há de deixar de reconhecer — a honorabilidade e a honradez de vários representantes do P. S. P. Não gosto de fazer elogios pessoais, mas há momentos — como este — em que não posso deixar de apontar o deputado que me pediu o aparte, como um honrado deputado da bancada do Partido Social Progressista, o nosso colega Gilberto Siqueira Lopes, que é admirado e respeitado pela sua honorabilidade. Pensará S. Exa. que, até o fim deste governo, S. Exa. e tantos outros, terão oportunidade? Nunca! E nem o Presidente da Assembléia, se continuar com a sua honradez e dignidade intocáveis, porque a máquina é maquiavélica. Estes homens estão presos pelo coração ao Governador, não pelo processo administrativo. E alguns já chegaram a confessar: preso pelo coração. Ademar de Barros — dizem eles — tem um coração muito grande. Horível administrador, mas coração muito grande. E há realmente essa ligação. Concedo o aparte ao nobre deputado Gilberto Siqueira Lopes.

O Sr. Gilberto Siqueira Lopes — Muito obrigado, nobre deputado Lurtz Sabiá, Nobre deputado, V. Exa. iniciou o seu discurso de hoje veiculando a notícia, que de certo modo entristeceu principalmente a nós da bancada do Partido Social Progressista, de que, por determinação do Governador, a cooperativa que serve aos funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana havia suspenso o fornecimento de medicamentos e alimentos para os cidadãos suspenso, conforme palavras textuais de V. Exa. Gostaria, nobre deputado, de saber de V. Exa. em qual fonte de informação V. Exa. obteve esta notícia para ter inclusive a responsabilidade de encará-la e transmiti-la ao Plenário desta Casa, que é o mesmo que transmitir a São Paulo. Porque há poucos instantes, eu, que me colocava — confesso honestamente — ao